

## O COOPERATIVISMO/ASSOCIATIVISMO EM PORTALEGRE-RN: RESULTADOS E DESAFIOS

*Boanerges de Freitas Barreto Filho*

UERN/CAMEAM

[e-mail: boanerges.sms@hotmail.com](mailto:boanerges.sms@hotmail.com)

### GT 01: DINÂMICA URBANO-REGIONAL

#### **Resumo:**

São inatos ao homem lutar pela sobrevivência e buscar a melhoria de suas condições de vida e, exatamente, por tais características é que inúmeras experiências foram sendo testadas e aperfeiçoadas ao longo do tempo, dentre as quais, pode-se afirmar que as mais bem sucedidas foram aquelas que aglutinaram os esforços dos indivíduos. Tem-se, portanto, um componente ancestral que serve de estímulo para a cooperação. O cooperativismo/associativismo pode ser compreendido como uma resposta às adversidades vivenciadas por milhões de famílias excluídas da divisão das riquezas produzidas no capitalismo. É, neste sentido, uma alternativa reformista, embora diferenciada, de inserção no moderno sistema produtor de mercadorias. A partir deste quadro, têm-se como objetivo esquadrihar a realidade do cooperativismo/associativismo no município de Portalegre/RN no início do século XXI, destacando-se as ações e os resultados alcançados. Os resultados apontam que o município se apropriou de quantidade significativa de recursos para fomentar as atividades produtivas e viabilização de obras de infraestrutura. As tentativas de ampliação e consolidação de cadeias produtivas competitivas no município resultaram, quase todas, em insucessos. Os projetos incentivados não sobreviveram ao desmame dos recursos públicos e involuíram ou desapareceram, demonstrando que as tentativas de inserção dos produtos no mercado local/regional precisam ser calibradas. Já os projetos de melhorias na infraestrutura apresentaram desempenho satisfatório e facilitaram a habitabilidade da zona rural.

**Palavras-chave:** Associativismo/Cooperativismo; Relações de trabalho; Movimentos sociais; Pobreza rural.

#### **1 Introdução**

O capitalismo é o sistema que mais produziu riqueza ao longo da história da humanidade. Este fato não é confrontado por quaisquer estudiosos que se interessem pela compreensão dos fenômenos sociais, mas isso não quer dizer que todos desfrutem das riquezas produzidas de maneira uniforme. Aliás, outra característica bastante aceita é que a produção crescente de riquezas viabilizada pelo capitalismo ainda não alcançou boa parte da população mundial, ou seja, tem-se

(83) 3322.3222

[contato@erespp.com.br](mailto:contato@erespp.com.br)

[www.erespp.com.br](http://www.erespp.com.br)

como contraponto a abundância e exuberância em que vivem os povos mais ricos do planeta a miséria e exclusão de milhões de pessoas.

São inatos ao homem lutar pela sobrevivência e buscar a melhoria de suas condições de vida e, exatamente, por tais características é que inúmeras experiências foram sendo testadas e aperfeiçoadas ao longo do tempo, dentre as quais, pode-se afirmar que as mais bem sucedidas foram aquelas que aglutinaram os esforços dos indivíduos. Tem-se, portanto, um componente ancestral que serve de estímulo para a cooperação.

Neste sentido, as agruras e dificuldades comuns podem servir de estímulo ao compartilhamento de experiências e, numa espiral ascendente, resultar em estratégias que permitem a inserção socioeconômica de populações marginalizadas e/ou excluídas do circuito de acumulação capitalista.

É assim que o cooperativismo/associativismo tem operado ao longo dos tempos. Estabelecendo-se como elemento unificador e mobilizador dos indivíduos e pelo processo de aprendizado tem-se, a partir das observações das inúmeras experiências, exitosas ou não, apresentado como mecanismo capaz de elevar os padrões de vida de milhares de famílias pobres.

Assim, o cooperativismo/associativismo pode ser compreendido como uma resposta às adversidades vivenciadas por milhões de famílias alijadas e excluídas da divisão das riquezas produzidas no capitalismo. É, neste sentido, uma alternativa reformista, embora diferenciada, de inserção no moderno sistema produtor de mercadorias.

A partir deste quadro, tem-se como objetivo esquadrihar a realidade do cooperativismo/associativismo no município de Portalegre/RN no início do século XXI, destacando-se as ações fomentadas e os resultados alcançados.

De início, é conveniente tecer alguns comentários sobre o cooperativismo/associativismo e o processo histórico em que se consolidou como alternativa de inserção socioeconômica para milhares de famílias.

## **2 Cooperativismo/associativismo: conceito e consolidação**

Sabe-se que a premissa fundamental que predomina no modo de produção capitalista é a busca incessante pelo lucro<sup>1</sup>. Na análise marxista, o lucro, em última instância, resulta da exploração do homem pelo homem (relação de poder). Neste aspecto, reflete uma relação social de dominação e exploração, consubstanciada na contradição capital *versus* trabalho e materializada pela apropriação capitalista da mais-valia.

Tal relação social de dominação resultou de um processo histórico que viabilizou as condições políticas, institucionais, sociais e econômicas para a separação de um grande número de pessoas de sua condição de se sustentar. A partir da separação de grande massa de camponeses das condições materiais que lhes garantiam a subsistência, da subordinação de artificies e mestres independentes ao controle capitalistas, enfim, da consolidação do processo histórico que resultou na universalidade das relações eminentemente capitalistas dadas pela existência de número reduzido de detentores de meios de produção (capitalistas) e enorme massa de trabalhadores “livres como pássaros” (proletariado), tem-se como resultado para a massa de trabalhadores que a saída para assegurar a sobrevivência passou a ser a venda de sua única mercadoria: a força de trabalho.

Ao longo do tempo, consolidou-se o processo de expropriação da grande massa de trabalhadores por um grupo bem menor de capitalistas. Nestas circunstâncias, deparam-se no mercado capital *versus* trabalho, detentores dos meios de produção *versus* força de trabalho, configurando a primeira contradição do Modo de Produção Capitalista.

A existência de uma classe social (trabalhadores) explorada por outra (capitalistas) respaldada pelas leis vigentes (poder coercitivo do Estado) já demonstra a dificuldade para se chegar à equidade social<sup>2</sup>. Isso por que a relação predominante impõe a subordinação de uma vasta classe (trabalhadores) em relação ao grupo, bem mais restrito, dos proprietários do capital (capitalistas).

Com o intuito de buscar mecanismos atenuantes para as enormes assimetrias socioeconômicas prevalentes no capitalismo, estabeleceram-se inúmeras experiências inovadoras e com evidente viés crítico em relação aos determinantes do sistema.

---

<sup>1</sup> O Modo de Produção Capitalista se materializa na imensa produção de mercadorias destinadas ao consumo “insaciável” das pessoas. A massificação do consumo, os apelos do marketing e todas as possíveis artimanhas induzem a compra de mercadorias.

<sup>2</sup> “Equidade deve ser entendida como a igualdade de oportunidade de desenvolvimento humano da população, respeitada a diversidade sociocultural mas asseguradas a qualidade de vida e a qualificação para a cidadania e o trabalho” (BUARQUE, 2004, p.59).

Dentre as ações eminentemente reformistas<sup>3</sup>, pode-se afirmar, com relativa margem de segurança, que o cooperativismo e o associativismo foram os mais bem sucedidos.

De acordo com Bialoskorski Neto (1998):

A cooperativa é um empreendimento diferente das empresas encontradas na economia e que visam resultados e lucros. Esta forma organizacional é baseada em princípios doutrinários oriundos dos socialistas utópicos associacionistas e tem como lastro o ideário da igualdade, da solidariedade, fraternidade, e da liberdade (BIALOSKORSKI NETO, 1998, p. 3).

O cooperativismo apresenta características diferenciadas em relação à empresa tipicamente capitalista, principalmente, conforme o autor, por não se pautar, essencialmente, pela busca de lucros (BIALOSKORSKI NETO, 1998).

Neste aspecto, o cooperativismo incorpora elementos doutrinários da corrente denominada “socialistas utópicos associacionistas”, que tinham como característica fundamental oferecer um contraponto ao ideário liberal. A corrente liberal propõe a supremacia do mercado, estabelecendo o mecanismo de custo *versus* benefícios como diretriz para a tomada de decisões dos agentes econômicos racionais. Já os “socialistas utópicos associacionistas” creditavam muita importância ao compartilhamento de experiências e obrigações, resultando num ambiente colaborativo, tanto para a tomada de decisões, como para a realização da produção (BIALOSKORSKI NETO, 1998).

É também conveniente mencionar que ideais de igualdade, solidariedade, fraternidade e liberdade não estão entre as premissas delineadoras da ação de empreendimentos tipicamente capitalista, longe disso. Admitindo-se tais princípios como a essência doutrinária do cooperativismo, faz-se necessário reconhecer a impossibilidade da existência da propriedade privada nos moldes capitalistas, ou seja, o empreendimento cooperativo:

[...] não comporta a ideia de uma propriedade privada, mas sim de uma co-propriedade, privada e comum, não com o objetivo da geração de lucros, mas sim com o intuito de oferecer condições para que cada uma das unidades autônomas associadas a esse empreendimento possam se estabelecer eficientemente no mercado (BIALOSKORSKI NETO, 1998, p. 3).

Não se visualiza o lucro tipicamente capitalista, mas a geração de um excedente operacional que possa ser distribuído entre os associados e também por isso, tem-se que observar a eficiência e eficácia produtiva para que o empreendimento se viabilize, ou seja, tem que ser operacionalmente eficiente para continuar operando.

---

<sup>3</sup> Evidentemente que, enquanto não se tocar na questão de fundo e reconhecer que a acumulação e concentração de capital são provenientes da exploração do trabalho, tão-somente, posterga-se ou atenua-se o inevitável: mais concentração e centralização. Daí as ações reformistas não produzirem transformações na essência da conformação social preponderante.

Assim, observa-se que a forma organizativa determina uma significativa diferença da empresa capitalista, mas não se pode desconsiderar que o empreendimento cooperativo atua num ambiente capitalista por excelência e, desta forma, submete-se a lógica de acumulação e é subordinada ao *status quo*.

Reconhecendo-se suas peculiaridades e o predomínio das relações econômicas existentes, tem-se que o cooperativismo avançou significativamente ao longo das décadas e se consolidou como alternativa viável a inserção produtiva de milhares de famílias, principalmente, como estratégia de enfrentamento da pobreza.

O fenômeno do cooperativismo/associativismo tem recebido atenção especial ao longo do tempo e, mais recentemente, com a intensificação do debate sobre as perspectivas que se apresentam para a chamada Economia Solidária. Tem-se como certo que o crescimento econômico por si só não é capaz de eliminar o grande fosso socioeconômico que separa os ricos dos pobres, especialmente, nas nações emergentes.

Grosso modo, reconhece-se que a distância é tanta que é necessário o estabelecimento de estratégias inovadoras para que um grande contingente populacional seja incluído no circuito de acumulação capitalista. O diagnóstico é que deixados a mercê das forças do mercado continuariam alijados e a margem do compartilhamento da riqueza produzida.

Neste sentido, as diversas perspectivas analíticas apresentam diferentes formas para se proceder à assimilação dos “excluídos”. Têm-se argumentos defensáveis em todas as correntes doutrinárias mais significativas: dos otimistas que creditam total confiança nas soluções tecnológicas inovadoras, passando por aquelas que defendem o protagonismo das intervenções do Estado para mitigação das falhas do mercado, através de políticas sociais compensadoras, até aquelas que não vislumbram soluções enquanto prevalecer à lógica capitalista.

Para efeito de viabilização do modesto objetivo do trabalho, faz-se necessário ressaltar a abordagem reformista que reconhece viabilidade nas ações cooperativas a partir do fomento e consolidação dos laços de confiança entre os indivíduos (ou na região) sobre os quais se deseja produzir mudanças.

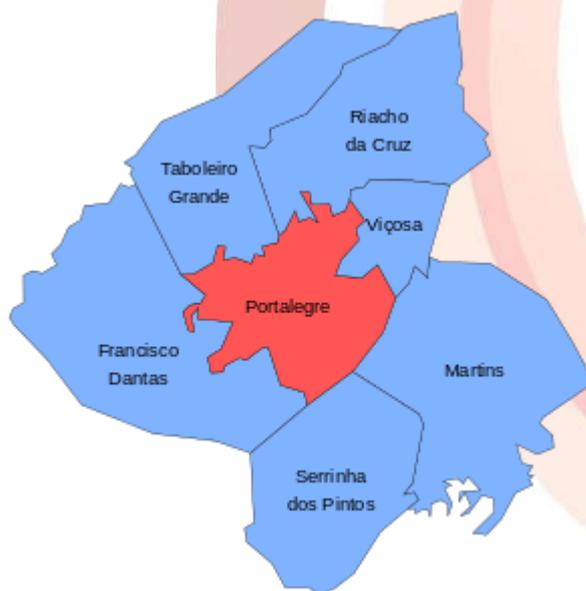
Tal abordagem credita especial atenção nas relações interpessoais e no adequado manuseio dos recursos existentes e a disposição da própria comunidade. Entende-se como fundamental incentivar e/ou consolidar o capital social existente, bem como, a partir de correto diagnóstico, mobilizar os recursos existentes para aproveitamento eficaz de nichos de mercados.

A lógica é, predominantemente, aproveitar as oportunidades de inserção no processo de globalização, reconhecendo-se que o processo de integração local/global é também contraditório.

Neste sentido, tem-se que as relações interpessoais podem ser consolidadas num ambiente mais afeito ao cooperativismo/associativismo e o capital social pode florescer e produzir resultados mais satisfatórios quando se conhece os recursos e diferenciais que podem ser mobilizados para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos. Em outros termos, o cooperativismo pode servir como catalisador das energias existentes e pode potencializar os resultados no enfrentamento da pobreza.

### 3 O cooperativismo/associativismo em Portalegre-RN

O município de Portalegre está localizado no Alto Oeste Potiguar<sup>4</sup>, distante 33 km de Pau dos Ferros/RN (via RN 177), ocupando uma área de 82,69 km<sup>2</sup>, e se limita (**Figura 01**) com os municípios de Viçosa/RN, Riacho da Cruz/RN, Taboleiro Grande/RN, Francisco Dantas/RN, Serrinha dos Pintos/RN e Martins/RN (IBGE, 2017).



**Figura 01** - Portalegre/RN e municípios limítrofes  
Fonte: Oliveira Jr. (2015).

<sup>4</sup> Integram o Alto Oeste Potiguar os 37 municípios das microrregiões de São Miguel, Umarizal e Pau dos Ferros.

De acordo com o último recenseamento realizado, a população total era de 7.320 pessoas, com densidade demográfica de 66,51 hab/km<sup>2</sup>, sendo 3.843 pessoas residentes na zona urbana e 3.477 habitantes na rural (IBGE, 2010).

As características econômicas mais significativas se compatibilizam com os demais municípios do Alto Oeste Potiguar, cujos dados para o ano de 2014 indicam uma participação de 19,3% do setor de serviços (considerando também a Administração, saúde e educação públicas e Seguridade Social a participação sobe para 85,6%), comprovando a elevada dependência de fontes externas de recursos (transferências constitucionais, como o Fundo de Participação dos Municípios, e transferências diretas aos cidadãos, com destaques para a Previdência Rural e Bolsa Família), com participação incipiente da indústria (10,4%) na composição do Produto Interno Bruto e participação modesta do setor agropecuário (4,0%), especialmente no último quinquênio em virtude da seca (IBGE, 2017).

De acordo com o IBGE (2017):

Em 2014, [Portalegre/RN] tinha um PIB per capita de R\$ 6128,56. Na comparação com os demais municípios do estado, sua posição era de 153 de 167. Já na comparação com cidades do Brasil todo, sua colocação era de 4970 de 5570. Em 2015, tinha 93,2% do seu orçamento proveniente de fontes externas. Em comparação às outras cidades do estado, estava na posição 80 de 167 e, quando comparado a cidades do Brasil todo, ficava em 1376 de 5570.

A característica marcante das economias nos municípios potiguares com menos de 10 mil habitantes é a hipertrofia do setor de serviços, com destaque para a participação do setor público no PIB.

As sucessivas secas, a baixa produtividade histórica associada às práticas agropecuárias arcaicas adotadas, descapitalização dos agricultores familiares e a oferta crescente de alimentos produzidos pelo agronegócio chegando aos mais longínquos rincões têm cada vez mais responsabilidades pelas sucessivas quedas na produção destinada aos mercados locais e até para o autoconsumo.

Por fim, a ausência de indústrias quase que total, existindo apenas algumas atividades extrativistas e outras praticamente artesanais, completa o quadro das economias dos municípios do Alto Oeste Potiguar.

São dados que indicam a fragilidade econômica do município de Portalegre/RN, com apenas 6,7% da população ocupada e 50,5% da população com rendimento nominal mensal *per capita* de até 1/2 salário mínimo e que se expressam também pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,621 (IBGE, 2017).

As primeiras experiências de estruturação de entidades do Terceiro Setor ocorreram com propósitos bem distintos. Pode-se citar como exemplos: a criação, em 1971, da Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e a Infância de Portalegre/RN (APAMIP), entidade mantenedora do Hospital Maternidade Dr. Antônio Martins, a estruturação da Associação Cultural e Esportiva Portalegrense (ACEP) e a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Portalegre/RN (STR).

Pode-se afirmar que o marco decisivo para criação das diversas cooperativas e associações comunitárias foi à estruturação do STR, além do voluntarismo e disposição de algumas lideranças comunitárias, como o Padre Dário Tórbole, Edmilson do “Sindicato” e Neto da “EMATER”.

A mobilização social dos trabalhadores rurais para criação do STR e para a eleição de sua primeira Diretoria já serviu para aproximar ainda mais o grupo dirigente. A partir da primeira eleição no STR foi se consolidando a estratégia de atuação através de diversas Associações Rurais que foram estruturadas para aproveitamento das oportunidades de captação de recursos oferecidas, quase sempre a fundo perdido, pelas diversas políticas públicas de combate a pobreza rural e para fomento de atividades produtivas da agricultura familiar.

Diga-se que a caracterização produtiva do município, em especial, da zona rural, favoreceu a captação de recursos públicos, tendo em vista que predomina a pequena produção agrícola familiar de subsistência.

Conforme Jales (2009), a partir de relatos do Padre Dário, as primeiras experiências de captação de recursos ocorreram através do Projeto São Vicente (SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), mas foi a partir da estruturação do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) e seu sucedâneo, o Programa de Combate a Pobreza Rural (PCPR), nas versões I e II, que os aportes de recursos se tornaram mais significativos.

Barros e Barreto Filho (2014) informam que 51 subprojetos de incentivos produtivos e de infraestrutura foram implantados no município, a partir da captação de recursos realizada diretamente por Associações Rurais, importando num dispêndio de R\$ 2.342.725,53 ou, cerca de 10% de todos os recursos disponíveis para o Alto Oeste Potiguar no período. Ainda, segundo a autora, os projetos beneficiaram 884 pessoas e os que obtiveram resultados mais significativos foram aqueles que se destinaram a realização de obras de infraestrutura, como: eletrificação rural, abastecimento, construção de cisternas, passagens molhadas e pequenos açudes.

Jales (2009) e Barros; Barreto Filho (2014) apontam dificuldades em relação ao funcionamento das Cooperativas/Associações, a diminuição do número de associados ativos, a

derrocada de quase todos os projetos de geração de emprego e renda, excetuando-se o funcionamento da fábrica de beneficiamento do pseudofruto do cajueiro (transformado em suco de caju) e a elevada dependência para estruturação dos diversos projetos das mesmas lideranças comunitárias.

Em que pesem as dificuldades, Jales (2009) informa que as associações serviram para facilitar a produção e o escoamento dos produtos agrícolas e para dinamizar a economia local, mas, infelizmente, não compilou informações e dados econômicos que sustentassem tais achados.

Conforme dados do IBGE (2010), referentes aos rebanhos (**Quadro 01**) e lavouras temporárias e permanentes (**Quadro 02**) para o triênio 2008-2010, tem-se uma nítida redução de produção.

Rebanhos	2008	2010
Bovinos - efetivo dos rebanhos	2.344 cabeças	2.065 cabeças
Suínos - efetivo dos rebanhos	1.822 cabeças	1.742 cabeças
Vacas ordenhadas – quantidade	493 cabeças	495 cabeças
Leite de vaca - produção – quantidade	288 mil litros	316 mil litros
Ovinos – efetivo dos rebanhos	1.046 cabeças	1.029 cabeças
Mel de abelha - produção – quantidade	19.195 kgs	13.700 kgs

**Quadro 1** - Rebanhos em Portalegre/RN – comparativo 2008/2010

**Fonte:** IBGE (2010) – elaboração própria.

Os dados apresentam uma redução acentuada do rebanho bovino e da produção de mel de abelha, diminuição dos efetivos de ovinos e suínos e um pequeno crescimento do rebanho de vacas e da produção de leite (**Quadro 01**).

Lavouras	2008	2010
Castanha de caju - Quantidade produzida	976 toneladas	264 toneladas
Banana (cacho) - Quantidade produzida	44 toneladas	44 toneladas
Feijão (em grão) - Quantidade produzida	200 toneladas	04 toneladas
Mandioca - Quantidade produzida	320 toneladas	480 toneladas
Milho (em grão) - Quantidade produzida	750 toneladas	03 toneladas
Cana-de-açúcar - Quantidade produzida	375 toneladas	Zero

**Quadro 2** - Lavouras temporárias e permanentes selecionadas em Portalegre/RN – comparativo 2008/2010

**Fonte:** IBGE (2010) – elaboração própria.

Em relação às lavouras temporárias e permanentes selecionadas (**Quadro 02**) ocorreu uma acentuada redução da produção de cana de açúcar, milho, feijão, castanha de caju, permaneceu sem alteração a produção de banana e cresceu apenas a produção de mandioca.

Barros e Barreto Filho (2014) afirmam que os resultados dos projetos de fomento produtivo não tiveram bons resultados econômicos e os associados teriam apontado como possíveis causas dos insucessos: a elevada competição nos mercados, doenças dos animais e as secas.

A partir de tais achados é perfeitamente plausível considerar que os associados não tiveram o devido acompanhamento para sobreviverem ao “desmame” dos recursos públicos, pois as atividades produtivas fomentadas não conseguiram sequer superar suas fragilidades estruturais para alcançarem algum grau de competitividade capaz de atender algum nicho de mercado, mesmo sendo baseadas no trabalho das próprias famílias de agricultores. Neste aspecto, incentivaram-se atividades que, apesar dos aportes de recursos a fundo perdido, regrediram economicamente.

De outro lado, considerando-se ainda os trabalhos de Jales (2009) e Barros; Barreto Filho (2014), tem-se como alento as evidências de que os projetos de melhorias da infraestrutura nas comunidades rurais foram bem sucedidos. Nesta perspectiva merece destaque a eletrificação rural que atende 100% das comunidades, as adutoras e cisternas que melhoraram significativamente o abastecimento das comunidades e a construção de algumas passagens molhadas que facilitaram o tráfego de pessoas e veículos para comunidades que permaneciam isoladas em períodos de chuvas.

Assim, a capacidade produtiva dos agricultores familiares pouco mudou com o cooperativismo/associativismo e quase todos continuam dependentes de rendas não agrícolas para sobreviverem. Além disso, é comum a realização de “broques” (queima da vegetação para limpar a área e “prepará-la” para o cultivo), sugerindo-se que os agricultores familiares não receberam orientações e assistência técnica adequada. O comportamento é desastroso a partir de todos os aspectos de análise: danoso ao meio ambiente, esgota-se precocemente a área (produtividade decrescente – menores rendas – mais esforço), para realização de tais práticas rudimentares se supõem uso de instrumentos inadequados e intenso trabalho manual e braçal e para o grupo de agricultores familiares que segue este padrão de produção e para os trabalhadores rurais temporários (alugados) a situação assume contornos dramáticos, pois o enorme esforço despendido não é capaz de suprir as necessidades vitais das famílias e, em tais circunstâncias, não é preciso grande esforço para compreender o crescente desinteresse dos mais jovens em continuarem as atividades produtivas na zona rural.

#### **4 Conclusões**

O cooperativismo/associativismo tem operado ao longo dos tempos, estabelecendo-se como elemento unificador e mobilizador dos indivíduos e pelo processo de aprendizado, a partir das observações das inúmeras experiências, exitosas ou não, têm-se apresentado como mecanismo capaz de elevar os padrões de vida de milhares de famílias pobres em inúmeras circunstâncias e situações.

Contudo, os desafios são consideráveis, principalmente, quando se tratam de pequenos municípios, como é o caso de Portalegre/RN. A base econômica frágil e as características que evidenciam práticas produtivas arcaicas e atrasadas não são facilmente mitigadas.

A criação de mecanismos autóctones para minorar os problemas, neste caso, a partir da estruturação de cooperativas/associações requerem mobilização da sociedade local e vontade política. A vontade política se consubstancia no desenho de políticas públicas acessíveis aos estratos sociais mais fragilizados e, nesta seara, tem-se evidente que o acesso aos mecanismos de captação de recursos foi eficaz.

Entretanto, parece claro que as fases de implantação, acompanhamento e avaliação dos resultados (para correção de rumos) não foram bem executadas, tendo em vista o desempenho pífio dos projetos de fomento produtivo. A derrocada de tais experiências sugere que a mobilização dos municípios é importante, mas não é suficiente para romper com a lógica econômica predominante na região.

Em outros termos, os fluxos de mercadorias já estão suficientemente atendidos por mecanismos mais eficientes e os produtos “incentivados” ofertados pelos agricultores familiares não atendem aos requisitos do mercado.

As estratégias para o fortalecimento da agricultura familiar, ampliar empregos para a mão de obra com pouca qualificação e garantir impulso dinâmico a economia local não foram eficazes, no caso dos projetos produtivos para a zona rural de Portalegre/RN. Pode-se considerar que a insistência em modelos produtivos tradicionais e a não incorporação de novas práticas produtivas determinaram a inviabilidade econômica das experiências levadas a cabo em Portalegre/RN.

Neste sentido, tem-se que reconhecer a insuficiência das ações desencadeadas a partir da captação de recursos públicos através das diversas cooperativas/associações para diversificação e consolidação das atividades produtivas na zona rural de Portalegre/RN, não obstante, a existência de avanços na infraestrutura das comunidades que facilitam a habitabilidade.

#### 4 Referências bibliográficas

BARROS, A. V. M.; BARRETO FILHO, B. de F. Economia solidária em Portalegre-RN: as experiências do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural-PAPP e Programa de Combate à Pobreza Rural-PCPR. **Revista Geotemas**, v. 4, n. 1, p. 15-25, 2014. Disponível em: <<http://ojs.uern.br/index.php/geotemas/article/view/1203>>. Acesso em: 28 out. 2017.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Governança e perspectivas do cooperativismo**. 2008. Disponível em: <[http://www.fundace.org.br/cooperativismo/artigos\\_bialoskorski\\_i\\_workshop\\_coop\\_1998.pdf](http://www.fundace.org.br/cooperativismo/artigos_bialoskorski_i_workshop_coop_1998.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2017.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 4. ed.

IBGE. Canais cidades@: Rio Grande do Norte, **Portalegre**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>>. Acesso em: 28 out. 2017.

IBGE, **Sinopse do Censo 2010**. 2010. Disponível em: <[ftp://ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Sinopse/Agregados\\_por\\_Setores\\_Censitarios](ftp://ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Sinopse/Agregados_por_Setores_Censitarios)>. Acesso em: 20 ago. 2017.

IBGE, **Síntese de informações de municípios do Rio Grande do Norte**, 2017. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=24&search=rio-grande-do-norte>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

JALES, E. F. **Associativismo nos municípios rurais: uma alternativa de desenvolvimento local em Portalegre/RN**. 2009. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/123456789/13560>>. Acesso em: 20 ago. 2017.